

# **CARNEIRO, Rosamaria Giatti. *Cenas de parto e políticas do corpo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. 327p.**

HELOISA REGINA SOUZA

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i2p344-349

## **Corpos dissidentes, subjetividades insurgentes: o parto humanizado sob a perspectiva feminina**

*Cenas de parto e políticas do corpo*, da antropóloga Rosamaria Giatti Carneiro, busca investigar e problematizar perspectivas femininas acerca da parturição no Brasil contemporâneo, procurando acompanhar o deslocamento social, afetivo e simbólico realizado por mulheres adeptas do chamado *movimento do parto humanizado*. Em tempos de recordes nas taxas de cesariana do país, a autora reflete sobre o desejo cada vez mais presente em uma parcela das brasileiras de experimentar *outros modos de parir* que não a cesárea, e procura debater concepções de corpo, pessoa, saúde-doença e feminilidade operantes nas experiências vividas por elas.

O livro é fruto da tese de doutorado que Rosamaria Carneiro defendeu em 2011 no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas/SP, sob a orientação de Margareth Rago, tem 327 páginas e está dividido em quatro capítulos, aos quais se somam um prefácio, uma apresentação, uma introdução, reflexões finais e um posfácio. Para realizar a pesquisa que originou a tese, e posteriormente o livro, Carneiro frequentou grupos de preparo para o parto humanizado em São Paulo e listas de discussão on-line das gestantes desses grupos, entre 2008 e 2010; participou de seminários e oficinas sobre parto e analisou sites e blogs dedicados à gestação e ao parto. Em seu percurso de pesquisa conviveu com profissionais da saúde, casais e mulheres adeptas do discurso da humanização do nascimento, acompanhando-os em suas rotinas. Ao longo de dois anos esteve em contato com mais de 50 mulheres e sete profissionais dedicados a assistência humanizada, tendo considerado para compor sua narrativa etnográfica as histórias de 18 mulheres “plurais”, isto é, diferentes umas das outras em relação a marcadores sociais como profissão, conjugalidade e estilo de vida. Essas mulheres tinham em média 30 anos e estavam experimentando a gravidez pela primeira vez ou buscando uma experiência “reparadora” para partos anteriores considerados por elas como “traumáticos”. Eram em sua maioria brancas, heterossexuais, alfabetizadas, com acesso facilitado à internet e, muitas delas, ligadas a planos privados de saúde.

O livro não se debruça direta ou estritamente sobre os movimentos sociais pela saúde, índices de satisfação no parto, modelos e propostas de intervenção em sistemas de saúde, mas sim sobre os sentimentos, sensações, práticas e significados que envolvem a gestação, o parto e o pós-parto para essas mulheres, procurando reconstruir trajetórias e compreender por que, para elas, é preciso *parir de outro modo* que não mediante o corte e a sutura. Assim, ao invés de mistificar o debate com grandes narrativas, a autora tomou pra si a tarefa de enfrentá-lo a partir de uma abertura para práticas políticas, desejos e alternativas criativas encetadas por mulheres usuárias do sistema de saúde que passaram a ser propositoras/inventoras, junto com alguns profissionais de saúde, de novas formas de parir e de outros partos possíveis. Com isso, o olhar sensível e a escuta atenta de Rosamaria puderam trazer à tona partos e maternidades diferentes daqueles que ocupam o grande conjunto de espaços molares ligados ao nascimento, principalmente as instituições de saúde e os hospitais, mas também as políticas públicas, os estatutos, os parâmetros da obstetrícia convencional e de seu ensino, os conselhos de medicina, etc. Estas outras maternidades e esses outros partos que Rosamaria nos apresenta em seu livro vivem também uma temporalidade outra, a do “tempo que não é tique-taque”, e povoam outros espaços, tais como o “doméstico” (reinvestido de poder e significação), desenhando outras linhas e outras cenas, às quais ela tenazmente lança luzes. Vêm à tona, então, outras figuras do feminino: nem a “santa mãezinha” do projeto normatizador da Igreja e do Estado, nem a “boa mãe higiênica” dos discursos típicos da medicina científica moderna; mas tampouco a “mãe-natureba”, “ecológica” ou “neo-hippie” que até então representava as maternidades ditas “alternativas” no Brasil, principalmente na literatura antropológica. As mães que emergem da narrativa de Carneiro são, antes de tudo, plurais e processuais e é o parto como *intensidade* o que elas desejam e descrevem. Entre elas há cientistas, professoras, executivas, filósofas, artistas, bancárias, terapeutas, donas de casa, etc.; são de nacionalidades diversas; algumas casadas, outras separadas ou solteiras; uma parte delas ligadas a modos de vida urbanos, outra a modos de vida mais rurais; algumas com hábitos alimentares vegetarianos ou veganos, outras que comem de tudo; diversas quanto à religiosidade e também quanto à autodeclaração racial.

Na senda dos debates contemporâneos da antropologia acerca da abrangência e das limitações de categorias analíticas clássicas, tais como “sociedade” e “indivíduo”, a “ausência de gueto” com a qual Rosamaria se deparou levou-a não apenas a questionar a pertinência da ideia de “grupo social” e seu viés homogeneizante, mas parece tê-la conduzido a explorar processos que em termos deleuze-guattarianos poderíamos chamar de *moleculares*, isto é, processos de diferenciação, de singularização subjetiva. Sua etnografia faz, então, vir à luz a experiência de parir como um situar-se intensivo no mundo; isto é, a vivência do parto pela perspectiva das mulheres pesquisadas surge como um sair do “seu” lugar e situar-se em lugares outros, desconhecidos, inusitados, inesperados: lugares capazes de produzir afetamentos, agenciamentos e conexões potentes capazes de inventar o novo e de resistir às normalizações e normatizações do campo social, particularmente do campo obstétrico.

Tal enfoque, privilegiando as perspectivas femininas, expõe uma das principais contribuições de sua pesquisa, qual seja: a de potencializar as vozes e as reflexões de um conjunto de mulheres que corajosamente se rebelaram contra o sistema obstétrico brasileiro e sua forma estereotipada de atendimento ao parto e ao nascimento, buscando outras alternativas de cuidado e suporte. Até então, os trabalhos antropológicos relativos ao movimento de humanização do parto e do nascimento no Brasil haviam privilegiado o ponto de vista dos profissionais de saúde e/ou haviam se centrado na análise de experiências institucionais de humanização. Nesses trabalhos, ainda que a perspectiva das usuárias tenha sido eventualmente considerada, suas experiências de parto e maternidade figuraram predominantemente como subsumidas em novas normatizações – agora “humanizadas” – ou demasiado atreladas a mecanismos e estratégias disciplinares que deixavam pouco espaço para vislumbrarmos práticas femininas ativas de engajamento e de (auto) transformação.

Ao priorizar os olhares e as vozes das mulheres, o trabalho de Rosamaria trouxe elementos novos para este campo de pesquisa. Retomando a perspectiva foucaultiana segundo a qual os sujeitos são conformados tanto por “práticas de assujeitamento” como por “práticas de liberdade”, a autora investe na investigação tanto da historicidade dos processos de subjetivação quanto do corpo como campo de experiências capaz de multiplicar e de remodelar certas matrizes discursivas e classificações. Carneiro inova, portanto, ao trazer para o debate acadêmico cenas de parto não apenas protagonizadas por mulheres, mas narradas e refletidas por elas, de modo que novas concepções puderam ser criativamente anunciadas e problematizadas em sua pesquisa.

O Prefácio do livro, escrito por Soraya Fleischer, traz um denso relato de *violência institucional* vivida pela personagem ficcional Joana, do escritor franco-português Valério Romão, ao dar à luz em um hospital lisboeta. A história de Joana, tão próxima da experiência de muitas brasileiras, nos é oferecida por Fleischer como um contraponto fortemente contrastivo às experiências narradas por Carneiro em seu livro, uma vez que a última foi investigar, nas franjas do sistema obstétrico brasileiro, práticas e resistências de mulheres, de seus companheiros e de profissionais de saúde engajados em processos de transformação da assistência ao parto. Práticas de mulheres que, tendo se tornado (ou não) “ativistas” pelo parto humanizado, não aceitaram (mais) vivenciar situações como a de Joana e desejaram parir, como diz a autora, *diferentemente*.

Na apresentação, Carneiro expõe os contornos gerais da obra e convida leitores e leitoras a adentrarem pelas “frestas” e “brechas” entreabertas por seu trabalho. O primeiro capítulo discute alguns aspectos do processo de medicalização da assistência ao parto e descreve o movimento do parto humanizado no Brasil retomando alguns aspectos históricos de sua emergência, principalmente pela mão de certos profissionais da saúde que se organizaram nos anos 90 em torno da ong REHUNA (Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento). Mais do que repisar pontos já bastante esmiuçados em trabalhos de outros autores, sua contextualização inova ao pontuar certos deslocamentos que estariam acontecendo no movimento nos anos 2000, em relação à década anterior. Segundo o olhar

de Carneiro, o movimento do parto humanizado parece ter se tornado, ao longo dos anos, muito mais plural e heterogêneo, uma vez que muitos são os profissionais que passaram a participar dele, e porque diferentes são suas orientações e suas atitudes. Mas, mais do que isso, e talvez esta seja uma das frestas mais arejadas por sua pesquisa, assiste-se também, na atualidade, à mobilização de um conjunto crescente, e não menos plural, de mulheres usuárias dos sistemas de saúde brasileiros – público e privado – as quais passaram a se organizar enquanto consumidoras dos serviços médicos e hospitalares e, principalmente, ao redor de um conjunto de críticas a prática obstétrica convencional.

O segundo capítulo – o mais longo do livro – investe justamente em esmiuçar essa *pluralidade* entre as gestantes e parturientes partícipes da pesquisa, e é digno de nota que nele conste uma subseção onde a autora se propõe a discutir tal noção. Ela descreve sua dificuldade em encontrar um “padrão” entre as mulheres pesquisadas, que, diferentes umas das outras, sempre apresentavam pontos de escape e vozes dissonantes que transbordavam os marcadores analíticos costumeiramente utilizados pelos pesquisadores. Ao tentar desenhar um “grupo”, algo sempre escapava ao seu traçado, de modo que, seguindo as falas das próprias mulheres, Carneiro concluiu que a busca por partos *mais naturais*, ou por *outras formas de parir* já não mais pertencia a um gueto específico de mulheres – as “alternativas” ou “bicho-grilo” – como parece ter sido nas décadas anteriores, e estaria conquistando diferentes adeptas, pertencentes a *ethos* e estilos de vida variados. A busca por um parto *mais natural*, comumente referida pelas mulheres, é analisada em termos polissêmicos e ela procura mostrar como a ideia de *natural*, nesses casos, estende o significado da natureza como algo dado, inerte, passivo, para aquele de menos intervenção, menos controle, e de mais autoria e observância do desejado pela mulher que está parindo. Além disso, a expressão não diz respeito exclusivamente ao corpo biológico e nem sempre coincide com o termo parto humanizado, embora sejam termos que se aproximem ao colocarem relevo no respeito ao desejo da parturiente. Seu sentido é, portanto, contingencial, variável e permanentemente ressignificado.

O terceiro capítulo explora o desejo de “um parto todo seu”, isto é, o argumento de Rosamaria é que antes mesmo de procurarem um parto mais natural, as mulheres pesquisadas têm procurado a *singularidade* de suas experiências de parturição. Na esteira de reflexão de Giorgio Agamben e Walter Benjamin, Carneiro discute o *empobrecimento da experiência* e de suas narrativas na modernidade em decorrência do excesso de tecnologia, de ciência e de previsibilidade e as possibilidades de sua recuperação ou reinvenção na contemporaneidade. Segundo ela, para as adeptas do parto humanizado, ter um *parto natural* poderia significar uma tentativa de enriquecimento de suas experiências de parto, mediante a superação de limites, a transgressão, a abertura para o descontrole e a disposição para enfrentar adversidades: não só o enfrentamento microfísico dos poderes médicos e das rotinas hospitalares cristalizadas, mas também o enfrentamento da dor e o medo da morte e da culpa que poderia advir relacionada a possíveis consequências negativas de suas escolhas.

A autora considera ainda que, entre as adeptas do parto humanizado, figuraria uma concepção mista de pessoa, na qual ela identifica, por um lado, a persistência do individualismo iluminista moderno em noções relacionadas a busca por autonomia, liberdade e igualdade e, por outro, a atualização de certos temas recorrentes do romantismo, como a busca pela intensificação das experiências de parto, o desejo de afetação, o desejo das dores e das sensações corporais. Além disso, o *viver a dor* durante o trabalho de parto, como diz Rosamaria Carneiro, tem criado margens para a experimentação do que as mulheres denominam como *partolândia*, um estado alterado de consciência que articula parto, transe e êxtase e que pode estar ligado ao prazer no sentido erótico e até mesmo orgástico. Ela discute, então, as relações entre parto, sexualidade e espiritualidade, sugerindo que as mulheres entrevistadas estariam nos colocando diante de novas articulações entre sagrado e o profano. À luz dos escritos de Simmel e Bataille, a autora aponta tanto para a existência de uma religiosidade individualizada, isto é, descolada das instituições religiosas tradicionais, quanto para a emergência de uma religiosidade feminina corporificada, potente, positiva e própria do estado parturiente: “meio mulher, meio bicho”. Essa animalidade referida em muitos relatos da partolândia, é pensada por Carneiro no sentido proposto por Bataille, como aquele que sinaliza um outro estado de existência, no qual sexualidade e espiritualidade se aproximam, apresentando traços comuns e consequências semelhantes, principalmente a ausência de pensamento percebida como erótica e sagrada.

No quarto e último capítulo, ela discute as possíveis relações entre as narrativas e práticas de suas interlocutoras e os feminismos, sugerindo que mesmo que suas entrevistadas resistam ao qualificativo de “feministas” e tenham críticas próprias à forma como o feminismo tradicionalmente tratou a questão da maternidade, ambas – feministas e adeptas do parto humanizado – poderiam ser vistas como mais próximas umas das outras do se imaginaria à princípio. Essas relações seriam, sobretudo, históricas, no sentido de que as mobilizações feministas teriam gradativamente aberto brechas e ofertado fundamentos para que a saúde das mulheres fosse percebida como parte dos direitos humanos, reprodutivos e sexuais das mulheres, funcionando como conjuntura para a emergência de novas demandas e práticas de cuidado ligadas ao parto humanizado. Além disso, a recusa das mulheres à infantilização, aos maus-tratos e ao esquadrinhamento de seus corpos não poderia ser pensada como dissociada dos movimentos de liberação sexual e do slogan “*nosso corpo nos pertence*” talhado no seio dos levantes feministas.

Por fim, ela aponta para as transformações na subjetividade tanto de adeptas do parto humanizado quanto das feministas, renunciando uma convergência entre elas que, de fato, veio a acontecer nos anos que sucederam ao lançamento do livro. As novas gerações de ativistas do parto humanizado têm incorporado cada vez mais questões feministas em suas reivindicações e não são poucas as mães-ativistas e as/os profissionais de saúde que vêm se declarando feministas e/ou adotando a defesa de pautas feministas “clássicas” como, por exemplo, o direito ao aborto e o combate a todas as formas de violência contra a mulher, incluindo a violência no parto. Por outro lado, e em sentido inverso, as mães-ativistas vêm

insistentemente (re)introduzindo a questão da maternidade no feminismo, de um modo inovador e provocativo, promovendo não só o desabrochar de maternidades ditas feministas, mas também a proliferação, no Brasil, de ginecologias e parteiras que vêm se declarando, também, assumidamente feministas.

Por tudo isso, *as cenas de parto* e *as políticas do corpo* que emergem do livro de Rosamaria Carneiro contribuem imensamente para pensarmos as mulheres como sujeitos no campo da experiência, sujeitos desessencializados, constituídos com e por experiências históricas, mantendo relações complexas consigo mesmos, com os outros e com as formas de saber/poder. Nesse sentido, se torna uma leitura essencial, não só para pesquisadoras/es, mas para todas as pessoas interessadas em novos horizontes analíticos e semânticos para a compreensão do fenômeno do parto humanizado no Brasil, seus sentidos e suas implicações.

**autora****Heloisa Regina Souza**

É doutoranda em Antropologia Social e mestra em Antropologia, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Também é graduada em Psicologia pela mesma instituição.

**Recebido em 27/10/2019**

**Aceito para publicação em 19/12/2019**